
AS CONTRIBUIÇÕES DE SIMONSEN AO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO A PARTIR DA CONTROVÉRSIA DO PLANEJAMENTO

Leovigildo Melgaço Tolentino Neto¹

RESUMO: O Estado de Compromisso varguista é o ambiente onde aflorou o debate entre Eugenio Gudín e Roberto Simonsen. Esse período da Era Vargas ostentava um viés planejador, sendo responsável pela criação de diversos órgãos públicos no Brasil. Gudín era membro da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), órgão integrante do Conselho de Segurança Nacional, que tinha como objetivo elaborar estudos sobre a economia brasileira. Simonsen era membro do Conselho Nacional de Política Industrial (CNPIC), órgão filiado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. É no domínio da CNPIC que ocorre o começo da controvérsia sobre o planejamento. Esse órgão deveria discorrer sobre como o planejamento da economia brasileira seria implementado ao longo das próximas décadas. A *mainstream* do pensamento econômico brasileiro habitualmente classifica a atuação de Simonsen como pouco sofisticada. Esse artigo buscará rever a atuação de Simonsen à luz de uma perspectiva mais ampla, a histórica-relativista. Essa abordagem está em concordância com os acontecimentos da época, que surgiram à luz da II Grande Guerra Mundial, constatando que Simonsen antecipou debates à frente do seu tempo, aprofundados nas décadas seguintes pelos economistas desenvolvimentistas do Brasil.

Palavras-chave: Eugenio Gudín, Roberto Simonsen, Industrialização, Planejamento

¹ Mestre em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: Lmelgaco@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre industrialização está arraigado a uma clássica polêmica dentro da economia, que ganhou fôlego ao longo do século XX: planejamento e intervencionismo, de um lado, *versus* livre mercado do outro.

O debate intitulado por Tavares (2010) como “A Controvérsia do Planejamento” se desencadeou em torno da Missão Cooke, durante o Estado Novo varguista, em plena Segunda Guerra Mundial. A Missão Cooke, uma ampla pesquisa proposta e realizada pelo governo estadunidense, constatou que o Brasil estava bastante atrasado economicamente em relação às grandes economias do mundo.

Eugenio Gudín, ao longo da sua trajetória acadêmica e política, utilizou as experiências fracassadas de países autodenominados socialistas para atacar os pilares clássicos das teorias desenvolvimentistas: política industrial e planejamento econômico. Utilizava sua envergadura intelectual para defender, escancaradamente, os interesses da elite agroexportadora e do capital internacional. (COLEN, 2013)

Simonsen, ao contrário, atestava que o Brasil, enquanto se conformasse com a identidade de mero exportador de insumos para os países desenvolvidos, se defrontaria com os seguintes problemas: I - balança comercial desfavorável; II - desvalorização monetária; III - distribuição de renda aquém da necessária para reduzir os níveis gerais de pobreza. (ABREU, 2010)

Ciente da condição desvantajosa e do atraso do Brasil em relação ao desenvolvimento de suas indústrias, em comparação aos países desenvolvidos, Simonsen atestava que essa defasagem só poderia ser superada se o Estado se mobilizasse para atuar nos seguintes setores: I - investigação científica; II - inventos; III - proteção a patentes da economia brasileira, de modo a incentivar a pesquisa e o investimento pesado de capital nas indústrias. Em suma, o autor desejava que o Estado literalmente criasse uma classe industrial nacional. (TAVARES, 2010).

O duelo entre Eugenio Gudín e Roberto Simonsen foi travado às custas da resposta para uma pergunta: o Estado deve ser um mero observador da economia de mercado ou um agente promovedor do desenvolvimento planejado?

Ao longo do debate acerca da controvérsia do planejamento, Gudín e Simonsen discutiram essas questões com notável profundidade e afinco pelas idéias defendidas. As propostas vanguardistas feitas por Simonsen deixaram dois legados ao Brasil: I- uma tradicional escola de historiografia econômica; II- o remodelamento do Estado brasileiro, que, em algum nível, rompeu parcialmente com a tradição livre cambista da república Velha e iniciou o processo de planejamento econômico.

Essa pesquisa buscará responder de forma independente, com base na análise da atuação de Simonsen na “controvérsia do planejamento”, a questão acima levantada.

2. QUESTÕES METODOLÓGICAS

Adotar uma perspectiva metodológica à luz da dimensão histórica é a janela que abre oportunidades para acrescentar alguma contribuição ao notório aporte que Simonsen deu a “controvérsia do planejamento”.

Para assimilar o posicionamento de Roberto Simonsen nesse debate, pelo viés historicista e da atenção com planejamento da economia brasileira após a Segunda Grande Guerra Mundial, deve-se levar em consideração os pioneiros estudos do autor acerca da história econômica do Brasil. Do contrário, se se adotasse uma metodologia ortodoxa, haveria uma clara incompreensão das suas idéias, além de esboçar uma forte inclinação ao pensamento de Eugénio Gudín.

Como será discutido adiante, Simonsen estava muito à frente do seu tempo. Para compreendê-lo, portanto, faz-se necessário enxergar o entendimento existente entre suas idéias e a dos modernos pensadores do desenvolvimentismo que eclodiram após a década de 1960.

No campo da história do pensamento econômico há a possibilidade de tipificar duas linhas de abordagens: absolutista e relativista.

Blaug (1962), seguindo uma metodologia schumpeteriana, define a abordagem absolutista como aquela que é mais focada em realizar uma história da análise econômica. De acordo com (CURI 2011, p. 3), “O historiador absolutista sente-se à

vontade para identificar os erros e limitações de uma teoria com base em sua visão presente.”.

Conforme Schumpeter (1964, p. 65):

O pensamento econômico está ligado à exposição de um amplo conjunto de políticas econômicas que seu autor sustenta tendo por fundamento determinados princípios unificadores (normativos), como princípios do liberalismo econômico, do socialismo, e etc; ou a soma total de todas as opiniões e desejos referentes a assuntos econômicos, especialmente relativos à política governamental que, em determinado tempo e lugar, pertencem ao espírito público.

Essa abordagem absolutista está arraigada a alguns princípios metodológicos que não se coadunam ao dessa pesquisa: I - abordar a teoria econômica pelo viés estritamente técnico estipularia verdades que suplantariam o contexto histórico e a ideologia do economista em questão. II - Ao ignorar que a economia é uma ciência não-neutra, a análise econômica relevaria o que determinado autor defendeu, e focaria meramente nos instrumentos de análise utilizados para construir seus argumentos.

Já a análise relativista, ainda de acordo com Blaug (1962), preconiza que uma investigação de natureza mais extensa, isto é, leva em consideração o contexto histórico e social sob os quais ocorrem a concepção de idéias.

Os relativistas são pesquisadores que nutrem interesses nas relações da história do pensamento econômico com o arcabouço intelectual do autor em questão. Nesse prisma, nessa pesquisa, não há a possibilidade de dissociar o pensamento dos respectivos autores do contexto histórico e das questões além da economia que o influenciaram academicamente. Conforme Curi (2011, p. 4), “a visão de mundo filosófica, a ideologia, os interesses de classe e vários outros determinantes históricos são vistos como poderosas influências atuantes sobre os economistas, em seu processo de criação de idéias”.

3. FUNDAMENTOS DA ESCOLHA PELA ANÁLISE RELATIVISTA

Conforme (Blaug, 1983, p.7), não existe uma resposta absoluta para a escolha do método de pesquisa. Os pesquisadores, em questão, devem se atentar as seguintes considerações:

Adotar uma interpretação relativista ou absolutista da matéria depende inteiramente das questões que queremos levantar. Se o comentador está interessado em explicar porque certas pessoas tiveram certas idéias em determinado tempo, ele deve olhar para além da esfera do debate intelectual para uma resposta completa. Mas se ele quer saber porque alguns economistas no passado defendiam a teoria do valor-trabalho e outros acreditavam que o valor era determinado pela utilidade, e isso não era só ao mesmo tempo e no mesmo lugar, mas em diferentes países e gerações, ele é forçado a se concentrar na lógica interna da teoria, tornando-se um absolutista

Essa pesquisa optou pela escolha do método relativista por conta do contexto latino-americano sob o qual se desencadeou o debate. Curi (2011, p. 9) resume o debate na seguinte afirmação:

A formulação de idéias econômicas na América Latina anterior à década de 1950 não se dá com base num rigoroso debate conceitual e teórico. As elaborações de Simonsen são marcadas muito mais por uma defesa da industrialização embasada pela caracterização histórica do atraso econômico, do que por um raciocínio teórico conceitual baseado em modelos econômicos. Por outro lado, é certo que pensadores liberais, como Eugênio Gudín, realizaram estudos formais em economia, mas isso não significa que tenham usado seu potencial intelectual e criativo para avançar, em sentido analítico, modelos preexistentes, acrescentando ou modificando conceitos. O esforço de Gudín se refere à adaptação das formulações ortodoxas tradicionais à realidade brasileira, que o preocupava diretamente e sobre a qual era chamado a agir e a se posicionar.

Por esses motivos, essa pesquisa não utilizará o método schumpeteriano absolutista, calcado apenas na análise de idéias puras. Ao longo dessa pesquisa será realizada uma abordagem sobre o arcabouço intelectual de Simonsen e uma análise crítica da sua atuação no debate, sendo o método relativista a ferramenta que exporá claramente como as contribuições de Roberto Simonsen foram cruciais para a fundação do desenvolvimentismo brasileiro.

4. CONTEXTO HISTÓRICO

A Era Vargas não marcou apenas o fim da República Velha, a queda das oligarquias agrícolas no campo máximo da política e a primeira experiência democrática da nova república. No âmbito do que será discutido ao longo dessa pesquisa, a ela também pode ser compreendida como um período de transição de um país cuja economia era essencialmente agroexportadora para uma economia industrial; de uma sociedade campestre arraigada às estruturas tradicionais para uma sociedade urbana e moderna; e, mais importante, de um Estado Liberal, oligárquico e refém das elites agrárias para um Estado planejador-progressista e intervencionista (FONSECA, 2004).

Essa pujante transição é o mais notório símbolo do contexto histórico em que ocorre a "controvérsia do planejamento". Ao longo da Segunda Guerra Mundial, Vargas manteve negociações econômicas e bélicas com o fascismo, com os demais países do eixo e, por fim, se juntou aos aliados. O ambiente de guerra modelou um comportamento ambíguo nos chefes de Estado dos países periféricos, especialmente os que estavam mais distantes e não precisavam escolher imediatamente um lado. O medo de fazer escolhas erradas e de se aliar ao lado perdedor modelou também o caráter de Vargas no tocante à estrutura de Estado que delineou seu governo. Ao passo que Vargas promoveu o desenvolvimentismo progressista, ele manteve liberais no seio do seu governo, como Gudin, que frearam a total guinada do Estado brasileiro ao intervencionismo planejador. (DINIZ, 2004)

É salutar ressaltar que tais mudanças, de governo provisório e constitucional para a ditadura do Estado Novo, emergiram como fruto de uma transição política e econômica que buscava acalmar as divergentes forças hostis que duelavam perante a sociedade brasileira. Tornar-se-ia incompreensível estudar a Era Vargas sem dissecar um termo amplamente utilizado por Fausto (2006): "Estado de Compromisso".

Conforme Sousa (1984, p. 7):

No chamado "Estado de Compromisso", Getúlio Vargas incorporou a função de intermediador dos interesses dos vários grupos que atuavam na esfera política. Nesse sentido, observamos que os grandes cafeicultores foram atendidos pelo novo governo através do Conselho Nacional do Café, desenvolvido com o propósito de aprimorar as formas de plantio do grão e, principalmente, estabelecer o controle dos preços do produto no mercado externo.

Voltando-se para a esfera urbana, Vargas também agiu ativamente nos conflitos que marcaram a relação entre os grupos empresariais e a classe operária. Ao invés de se postar como representante exclusivo de um único lado, Vargas teve a preocupação de fomentar ações que atendiam às demandas da burguesia industrial ao se preocupar com a expansão da indústria de base através do investimento estatal. Por outro lado, agraciava as classes trabalhadoras com direitos e benefícios nunca antes concebidos na lei do país.

Dessa forma, a sensação de que um determinado grupo social organizava a esfera política se enfraquecia, dando lugar a imagem particular de Getúlio Dorneles Vargas.

Essa ascensão do planejamento e a conseqüente queda do Estado liberal convergem para um período histórico marcado por grandes crises políticas e econômicas. Os primeiros decênios do século XX foram caracterizados por marcos revolucionários, como a Revolução Russa, por exemplo; pela ascensão de governos totalitários, como o Nazismo e Fascismo, por exemplo; e por uma forte contraposição às idéias de livre mercado, sendo a queda do padrão-ouro clássico e a criação do Federal Reserve System (Banco Central Americano) os principais adventos que aumentaram o poder do Estado na esfera econômica. A reestruturação do Estado brasileiro se atrelou a essas mudanças pelas quais passavam o capitalismo global.

Na primeira metade do século XX o mundo se dividiu em dois grandes blocos, um capitalista e o outro socialista. O planejamento econômico, embora aplicado em diferentes graus, foi uma ferramenta amplamente utilizada por ambos. Conforme Hobsbawn (1995, p. 52-53), o início do século XX foi frisado por uma "era da catástrofe", período que corresponde às três décadas de um transcurso que compreende o despontamento da primeira grande guerra mundial à rendição do Japão, na segunda grande guerra mundial.

O desgastante envolvimento em embates bélicos converteu economias industriais de bens e serviços em economias de guerra. Nesse percurso, eclodiu um persistente déficit fiscal em consequência do financiamento desses grandes conflitos. Nesse enredo, Hobsbawn (1995, p. 55) assinala a queda da rigidez do padrão-ouro clássico como fator preponderante na transformação dos tesouros nacionais e seus respectivos ministérios de finanças em dirigentes das economias bélicas: "Se se tinha de travar a guerra em escala moderna, não só seus custos precisavam ser levados em

conta, mas sua produção – e no fim toda a economia – precisava ser administrada e planejada".

Nas décadas entreguerras, a ortodoxia econômica postuladora do livre mercado foi perdendo confiança à medida que os países capitalistas entravam numa crise sem precedentes. Todo o mundo Ocidental, sem exceção, foi atingido. No Brasil, resultou no rompimento da estrutura política vigente e na falência do modelo primário-exportador. Entretanto, o bloco socialista, que possuía a matriz econômica planejada, foi menos atingido pela crise do período.

Conforme Curi (2011, p.14):

O Estado que emergiu na Rússia após a Revolução de 1917, a União Soviética, foi comparativamente menos atingido pela crise do que os países capitalistas, o que contribuiu para a desconfiança do mundo ocidental com relação ao livre-mercado, sendo evidenciadas as possibilidades que a planificação econômica representava.

O debate entre Gudin e Simonsen ocorreu no contexto de ascensão do Estado de Compromisso, com viés estritamente planejador, que criou uma infinidade de órgãos públicos no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1950. Gudin era membro da CPE, órgão que integrava o Conselho de Segurança Nacional e tinha como objetivo elaborar estudos sobre a economia brasileira, além de realizar pesquisas de diligências militares. A CPE deveria projetar o alicerce institucional que realizaria o planejamento econômico nacional. Simonsen era membro do CNPIC, órgão filiado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

É no domínio da CNPIC que ocorre o começo da controvérsia sobre o planejamento, entre Gudin e Simonsen. Esse órgão deveria discutir sobre como o planejamento da economia brasileira seria de fato implementado. Simonsen sugeria que o CNPIC se estabelecesse como órgão máximo na elaboração e execução do planejamento econômico brasileiro, subordinado apenas ao presidente da República. A outra proposta de planejamento, confeccionada por Romulo de Almeida, propunha a elaboração de um Conselho Nacional, orientado pelo presidente da República e integrado por alguns outros ministros de Estado.

O projeto final entregue a Getúlio Vargas era uma confluência dessas duas propostas. No entanto, o projeto foi rejeitado, e, ao ser submetido anteriormente ao CPE, originou o debate entre Gudin e Simonsen. (TAVARES, 2010)

Como citado anteriormente, Getúlio Vargas, diante de um mundo sob constante incerteza, mostrava-se receoso em tomar decisões erradas. O próprio estabelecimento do Estado de Compromisso denotava a necessidade que Vargas tinha de conviver com idéias antagônicas.

Curi (2011, p. 17), reafirma a constante indecisão que delineavam as ações de Getúlio:

As interpretações tradicionais do episódio apontam que a CPE teria sido criada para neutralizar o radicalismo da posição industrialista e nacionalista de Roberto Simonsen. Alternativamente, seria uma tentativa de Vargas de não perder o controle da política econômica ou mesmo de encontrar uma “via intermediária” para o desenvolvimento da economia brasileira, com elementos da posição pró-indústria e elementos de uma concepção mais liberal.

Draibe ressalta que variáveis interpretativas analisam o problema de forma superficial, esquecendo-se de uma relevante questão: toda indecisão coordenativa do Estado de Compromisso põem em dúvida os limites da autonomia de um Estado que, quase sempre, demonstrava-se frágil:

É nesse campo instável de relações que se funda, a meu ver, a autonomia do Estado. Uma autonomia que não era nem plena, nem absoluta: enraizava-se numa multiplicidade de forças políticas heterogêneas, mas que tinham um sentido social e expressavam relações de poder definidas na luta política. Assim, se a heterogeneidade e a incapacidade hegemônica das classes sociais fundaram a autonomia do Estado, as correlações instáveis de força definidas no campo da luta política demarcavam não apenas os limites em que se exercia esta ação autônoma, como o sentido que ela haveria de ter (DRAIBE, 1985, p. 43).

O Brasil da Era Vargas foi um país que viveu a fundação do capitalismo de Estado num decurso profundamente acelerado. Esse processo ocorreu sobre alicerces econômicos e sociais conflitantes; responsáveis, em grande parte, pelo atraso do Brasil. A estrutura política resultante dessa intensa luta de classes foi o Estado de Compromisso, na qual nenhuma das esferas econômicas obteve completo domínio do aparelho do Estado para delinear um processo de desenvolvimento homogêneo. O

debate entre Gudin e Simonsen mostrou que ao passo que o Estado varguista foi centralizador e industrializante, se limitou pela própria conjuntura que o edificou.

5. O VANGUARDISMO DE ROBERTO SIMONSEN NA “CONTROVÉRSIA DO PLANEJAMENTO”

Uma leitura pouco profunda dos escritos que compõem o debate acerca do planejamento, que é o tema central dessa pesquisa, pode intuir que, em nível acadêmico, no que tange às ciências econômicas, Simonsen não era tão preparado quanto Gudin para discutir o tema industrialização. Nesse ensejo, os argumentos de Gudin se impuseram como mais embasados, tanto tecnicamente quanto teoricamente, ao passo que as propostas de Simonsen se apresentaram sob estrutura propositiva, com pouca sofisticação teórica e argumentativa.

Essa visão, no entanto, se desmantela à medida que se tem como fato que a contribuição de Simonsen para a temática que entrelaça industrialização e desenvolvimento se dá por vias completamente distintas das utilizadas por Gudin; enquanto esse era extremamente apegado às teorias, aquele utilizava a história econômica tanto para explicar os motivos do atraso da economia brasileira quanto para propor soluções para o país superar a pobreza (CURI, 2014).

É quase um consenso acadêmico que a principal contribuição intelectual de Simonsen à sociedade brasileira é o seu livro intitulado “História Econômica do Brasil”. No país, essa obra foi pioneira na área da historiografia econômica, ao explicitar um estudo minucioso da formação econômica do Brasil, desde o descobrimento até à independência.

Curi (2014, p. 8), explica mais detalhadamente como essa obra de Simonsen contribuiu para o estudo da história econômica do Brasil:

O objetivo do livro era prover material de estudo para a cadeira de História Econômica do Brasil, instituída na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Versado na historiografia econômica brasileira e europeia em voga naquele tempo, Simonsen produz um texto erudito e rico em detalhes. Tem o cuidado de embasar com dados numéricos, ainda que precários, os seus argumentos, recorrendo às mais diversas fontes. Tendo-se em conta o livro mencionado, perde força a idéia de que a defesa da industrialização por parte

de Simonsen se baseia num “vazio teórico”, a menos que isso seja entendido como uma falta de domínio pleno do arcabouço instrumental da economia ortodoxa vigente em seu tempo. A leitura de sua História atesta que o autor estava armado de sólido conhecimento dos fatores determinantes da evolução econômica não só do Brasil, mas de diversos países do mundo. Simonsen reconhece a especificidade do desenvolvimento brasileiro, em relação aos países hispano-americanos e aos Estados Unidos, e descreve, para cada um dos “ciclos” pelos quais passou a economia colonial brasileira em seus vários aspectos: regime de trabalho, organização e escoamento da produção, medidas de política econômica, entre outros elementos.

Em termos gerais, como intelectual, o objetivo ao qual Simonsen se dedicava atrelava-se à construção de um nacionalismo progressista, elemento que julgava como fundamental para promover o desenvolvimento do país. Por isso, em suas obras, Simonsen tanto se dedicava a interpretar o atraso quanto buscava encontrar os meios necessários para suplantar a pobreza do país. Da sua contribuição acadêmica nasceu o primeiro projeto desenvolvimentista do Brasil; e, ao contrário do que muitos pensam, não como um argumento apaixonado ou interesseiro em defesa da industrialização; mas, sim, por enxergar no desenvolvimento das indústrias a peça chave para superar o subdesenvolvimento do Brasil (RODRIGUES, 2005).

No que se referiu às especificidades da economia brasileira, estabeleceu a impossibilidade de uma estática comparativa diretamente proporcional entre a miséria nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Ao passo que nesses a pobreza resulta de uma constante produção aquém do potencial, naqueles oriunda da má distribuição de renda:

Todos ansiamos - patrões e empregados do Brasil - que aqui se estabeleça uma justa remuneração do trabalho, que todos possam viver a vida digna a que se refere o santo Papa Leão XIII em sua imorredoura '*Rerum Novarum*'. Mas se a retribuição do homem é fixada em grande parte pela própria produção; se esta é de pequeno valor em relação ao volume de mão de obra disponível, como obter um elevado quociente se o divisor é fraco e o dividendo cresce continuamente (Simonsen 1969, p. 18)?

Adiante, o autor explicou como a construção de uma consciência nacional foi elementar para catalisar o desenvolvimento econômico dos países ricos:

Procuraremos determinar, pela evolução comparativa entre os povos, a razão do atraso de nossas atividades econômicas em determinadas épocas e para determinadas regiões. Esforçar-nos-emos, enfim, por indagar a origem dos muitos entraves que dificultaram e dificultam, a nossa evolução progressista. A um estudioso sincero de nossas questões econômicas uma conclusão, porém,

desde logo se impõe: os povos que hoje se contam na vanguarda do progresso e da civilização libertaram-se, nos tempos modernos, de uma desorganização que os estiolava; e a primeira manifestação de sua força foi a fixação de uma consciência nacional (Simonsen1969, p. 24).

Simonsen fundou, no Brasil, uma escola desenvolvimentista que passou a investigar os problemas referentes ao desenvolvimento econômico pelo método histórico. Esse avanço tornou-se fundamental, algumas décadas depois, para a consolidação do método histórico-estruturalista, que se tornou uma importante via alternativa, na esfera do pensamento econômico da América Latina, às doutrinas liberais.

A historiografia econômica, portanto, é o elemento basilar para aludir a compreensão de uma realidade conflituosa. Por exemplo, nesse período, as idéias econômicas dominantes, propagadas pela corrente liberal, alicerçavam-se na teoria ricardiana das vantagens comparativas. Desse modo, defendia-se que o Brasil deveria explorá-las ao máximo. A realidade, no entanto, massacrava a teoria: embora o Brasil fosse o maior produtor de café do mundo, era um país dependente, economicamente fraco e incapaz de fornecer um nível de vida aceitável à sua população, além de ostentar uma estrutura industrial extremamente atrasada. (SIMONSEN, 2010)

Nesse tocante, o autor fez uma breve menção a países que utilizaram um alto grau de intervenção estatal para alavancar suas indústrias, além de tecer uma dura crítica ao dogmatismo das escolas liberais:

Não fosse o temor de me tornar fastidioso e poderia estender-me aqui em considerações sobre os planejamentos em estudo na Índia, na China, Austrália, Rússia, Grã-Bretanha, México Turquia, Chile e numerosos outros países que não querem ficar, por assim dizer, cozinhando a solução de seus problemas em “banho-maria” por amor a dogmas e doutrinas formuladas por filósofos economistas, mas que preferem parioticamente resolver, com urgência e de modo objetivo, as dificuldades nacionais (SIMONSEN, 2010, p. 161).

A industrialização é o tópico central do pensamento simonseano. Para o autor, tomando como base uma perspectiva histórica, a solução para as dificuldades nacionais, no caso do Brasil, era a industrialização planejada e dirigida pelo Estado; uma vez que os países que se industrializaram alcançaram altos níveis de desenvolvimento econômico. O Brasil, então, deveria seguir o mesmo caminho.

Eis um breve resumo do plano simonseano para modernizar o Brasil:

As maiores verbas da planificação seriam, sem dúvida, utilizadas na eletrificação do país, na mobilização de suas várias fontes de combustíveis e na organização de seus equipamentos de transportes. Seriam criadas indústrias-chave, metalúrgicas e químicas, capazes de garantir uma relativa autossuficiência ao nosso parque industrial e sua necessária sobrevivência na competição internacional (SIMONSEN, 2010, p. 45).

O plano de industrialização de Simonsen, que nasceu como resposta à Missão Cooke, ia completamente de encontro ao Plano Marshall. Simonsen preconizava que esse projeto era extremamente inadequado para os países da América Latina. A proposta do plano consistia em atribuir aos países periféricos, com base nas vantagens comparativas, a mera tarefa de fornecer insumos básicos para fomentar o desenvolvimento das indústrias de bens dos países europeus. (TAVARES, 2010)

A proposta do plano Marshall era absurda por duas vias: primeiro, pela obviedade excludente, ao tentar manter a posição de supremacia dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos; segundo, pela via econômica. Simonsen mostrou-se preocupado com o iminente esfacelamento da indústria nacional, pois priorizar a Europa geraria um choque negativo de oferta em decorrência da queda do comércio entre Brasil e EUA. O resultado desse processo seria amargo: desgaste dos equipamentos já obsoletos das indústrias nacionais, queda da produção, das importações e, conseqüentemente, aumento da taxa de inflação. (RODRIGUES, 2005)

Suas principais influências teóricas foram Friedrich List e Mihail Manoilescu. List foi um dos grandes teóricos defensores do protecionismo e um dos pioneiros na crítica à teoria clássica das vantagens comparativas. Rodrigues (2005, p. 54), destaca que seu argumento basilar se ancora na premissa de que o livre comércio só é benéfico em situação bem específica, tal qual: quando dois países anulam barreiras entre si e estão em pé de igualdade em nível de produção.

Para sustentar essas premissas, List utiliza uma profunda historiografia econômica que relata fatos históricos dos EUA, fazendo alusão às políticas protecionistas que alavancaram o desenvolvimento das indústrias das colônias do

norte, para postular que o protecionismo é a única via eficiente para colocar países atrasados em condições de igualdade com nações desenvolvidas. (ROMPATO, 2002)

Não obstante, List abordou o desenvolvimento da própria história econômica da Grã-Bretanha, argumentando que até mesmo o berço do livre-cambismo só teria adotado o livre comércio após proteger por anos sua indústria nascente, quando seu setor manufatureiro já se encontrava consolidado. (BIELSCHOWSKY, 2000).

Ao longo do debate com Gudin, embora Simonsen não tenha feito citações diretas de List, ele utilizou, como relata Boianovsky (2011, p. 27), argumentos listianos para refutar Gudin. Exemplo: “As tarifas protecionistas adotadas por mais de 120 anos nos Estados Unidos nada mais foram do que um instrumento de planejamento (...), transformando-o de país agrícola em potência mundial.” (SIMONSEN, 2010, p. 155).

Por fim, Simonsen defendia que a intervenção estatal deveria transcender as formas indiretas de agir, devendo o Estado atuar diretamente investindo em setores nos quais a iniciativa privada não estivesse presente. A intervenção do Estado deveria abranger investimentos tanto nas indústrias de base quanto na educação, pesquisa e demais setores que viessem a ser considerados estratégicos.

6. A PLANIFICAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA ELABORADA POR ROBERTO SIMONSEN

O projeto de planificação proposto por Simonsen é o ponto chave que desencadeou a acalorada discussão entre ele e Eugênio Gudin. O autor começou o relatório demonstrando uma preocupação grande no tocante ao imperialismo econômico construído por uma intensa corrida industrial:

Indicamos, como dado preliminar e essencial, a cifra representativa da renda nacional. A Diretoria de Estatística e Previdência deste Ministério acaba de apresentar os resultados de suas pesquisas, admitindo como conceito da renda a capacidade de consumo total das populações. Encontrou cerca de 40 bilhões de cruzeiros, o que traduz uma renda, por habitante, 25 vezes menor do que a verificada nos Estados Unidos (SIMONSEN, 2010, p. 38).

Concluiu alertando que, como resultado dessa superioridade, as nações industriais serão inevitavelmente conduzidas à posição de domínio mundial, no campo da economia, finanças e política internacionais.

Com base nessa e em algumas outras estatísticas, defendeu a criação de um planejamento industrial atacando uma das premissas liberais e bastante defendida por Gudin: a teoria das vantagens comparativas. Para Simonsen, o enriquecimento das economias periféricas em época de guerra era ilusório e insustentável no longo prazo, pois tal riqueza não emergia de um aumento de produtividade e muito menos de alguma agregação de valor aos insumos exportados. (TAVARES, 2010)

De acordo com o autor, essa situação de exceção [guerra] proporcionou aos países subdesenvolvidos uma situação confortável em nível macroeconômico e em comércio internacional, pois durante a guerra registrou-se uma expansão das exportações e uma elevação dos preços das commodities:

Examinando-se as estatísticas da importação, nos Estados Unidos, do minério de ferro, cobre, minério de zinco, minério de manganês, minério de cromo, concentrados de estanho, minério de tungstênio, minério de antimônio, cristais de rocha, mica, nitrato de sódio, borracha, madeira de balsa, algodão em bruto, fibras (henequém e sisal), cinchona, caroço de mamona, caroço de algodão, amêndoa de babaçu, óleo de oiticica, conclui-se que, em 1942, aquele país importou mais cobre, minério de manganês e cromo, borracha, madeira de balsa, sisal, henequém e cristais de rocha. Desses, apenas três artigos tiveram a sua exportação elevada em mais de 100%: o minério de cromo, os cristais de rocha e a madeira de balsa. Os preços, porém, subiram de 451% nos cristais de rocha, 154% na mica, 200% no óleo de oiticica, 67% no minério de ferro, 20% no minério de manganês, 73% no minério de antimônio e 213% na borracha. (SIMONSEN, 2010, p. 39)

Diante desses dados, Simonsen não hesitou em alertar às nações pobres do continente americano um gravíssimo problema iminente: no longo prazo, esse ciclo mudaria completamente, pois o fim da guerra promoveria um reajuste de preços às condições de mercado internacional.

Acentua Howard que assim como as minas, a indústria e a agricultura norte-americanas terão que enfrentar nos mercados mundiais os artigos produzidos com os menores salários em vigor nos países europeus, na África e Oriente, também a agricultura, a mineração e a indústria das demais Repúblicas do nosso hemisfério terão que defrontar a mesma situação. Para lutar com essa

concorrência, teremos que reduzir os riscos e o custo da produção e o da distribuição nos locais de origem. Isso significará, para alguns países, governo mais eficiente e impostos menos elevados; para outros, maior estabilidade política ou econômica, a fim de reduzir os riscos em que incorrem os capitais estrangeiros; e, para todos, far-se-á mister, nas atividades produtoras, a utilização de equipamentos mais adequados, métodos e administrações mais eficientes (Simonsen, 2010, p. 40).

Em outros termos, o crescimento econômico dessas economias periféricas era ilusório e insustentável no longo prazo.

7. A MISSÃO COOKE E OS PRINCIPAIS PROBLEMAS NACIONAIS EVIDENCIADOS: INFRAESTRUTURA PRECÁRIA, INDÚSTRIAS ATRASADAS E BAIXA RENDA NACIONAL

Para demonstrar que a manutenção do modelo agroexportador era insustentável no longo prazo, Simonsen (2010) expôs como os estadunidenses enxergavam o Brasil: como nação industrial, está ainda na adolescência, porém com grande futuro, pois é um país possuidor de vultosa extensão territorial e riquezas naturais.

E continua realçando as principais características estruturais que traziam instabilidade ao setor interno brasileiro:

1) a dependência da importação de petróleo, que utilizamos em larga escala em motores industriais, nos automóveis e até para a iluminação; 2) a importação de carvão mineral para os transportes e motores industriais; 3) a carência de metais especiais e equipamentos para novos empreendimentos e conservação dos existentes. Todas essas insuficiências foram motivo de agudas crises registradas na presente guerra.

Diminuta é a extensão das nossas estradas de ferro e de rodagem, assim como a quantidade de energia elétrica que produzimos; o maquinário industrial, em elevada proporção, é obsoleto e, em muitos estabelecimentos, a produtividade baixa, havendo evidente falta de técnicos. Temos carência de capitais e de mão-de-obra especializada para a indústria e, no entanto, nossa legislação e nossa organização econômica não favorecem a imigração e os investimentos estrangeiros, nem estimulam a mobilização de capitais nacionais para fins reprodutivos (Simonsen, 2010, p. 42).

Outros fatores mencionados destacáveis são: desenvolvimento atrasado do setor elétrico, que debilitava a capacidade de expansão das empresas já instaladas; desenvolvimento atrasado também da indústria metalúrgica, ao analisar

comparativamente a produção nacional à estadunidense, que era 50 vezes menor, dentre outros.

Enfatizou, também, que a Missão evidenciou a necessidade da criação de bancos industriais destinados ao financiamento de novos empreendimentos e ao propiciamento de uma assistência técnica mais intensa. (SIMONSEN, 2010)

Outro tema de notória preocupação no discurso de Simonsen era a renda nacional. Ele alardeava que, levando-se em conta o custo da vida, a necessidade da formação de capitais e as novas condições criadas pela guerra, não é exagerado concluir que necessitaríamos, assim, de uma renda nacional cerca de quatro vezes mais elevada do que a atual, ou seja, de 160 bilhões de cruzeiros. (SIMONSEN, 2010)

A prevalecer o lento ritmo observado em nosso progresso material, estaríamos irremediavelmente condenados, em futuro próximo, a profundas intranquilidades sociais.

Vulgarizam-se, cada vez mais, as noções de conforto, e as populações subalimentadas e empobrecidas do país aspiram, legitimamente, a melhor alimentação, habitações apropriadas e vestuário conveniente.

A nossa atual estruturação econômica não conseguiria proporcionar, ao povo em geral, esses elementos fundamentais do novo direito econômico (SIMONSEN, 2010, p. 44).

No viés simonseano, quadruplicar a renda nacional era um objetivo impossível de ser alcançado via aumento de exportações, naquele momento. Era necessário um esforço dirigista do Estado com o intento de promover o desenvolvimento econômico às classes sociais mais excluídas.

8. O PROBLEMA DAS FONTES DE FINANCIAMENTO PARA AS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS

A planificação econômica proposta por Simonsen abarca algumas considerações coadunadas às características naturais do Brasil. O autor reconhecia que empresas alocadas em determinados setores possuiriam vantagens competitivas, quando advoga que “serão as indústrias mais intimamente ligadas às atividades extrativas e

agropecuárias as que usufruirão as mais favoráveis condições de estabilidade e desenvolvimento”. (SIMONSEN, 2010)

Nesse ensejo, onde alocar recursos não parecia ser o maior problema no tocante ao planejamento:

As maiores verbas da planificação seriam, sem dúvida, utilizadas na eletrificação do país, na mobilização de suas virias fontes de combustíveis e na organização de seus equipamentos de transporte.

Abrangeria o programa a criação de moderna agricultura de alimentação e a promoção dos meios apropriados à intensificação da nossa produção agrícola em geral.

Seriam criadas indústrias-chave, metalúrgicas e químicas, capazes de garantir uma relativa autossuficiência ao nosso parque industrial e a sua necessária sobrevivência na competição internacional (SIMONSEN, 2010, p. 45).

O maior percalço a ser solucionado era encontrar as fontes financiamento. Para alcançar, dentro de 10 a 15 anos, a renda nacional superior a 200 bilhões de cruzeiros, Simonsen estimou o montante mínimo necessário a ser investido: 100 bilhões de cruzeiros. (SIMONSEN, 2010)

Diante disso, dois problemas circundavam o modelo de planificação proposto:

- a) Como obter o financiamento necessário a cometimento tão vultoso?
- b) Até que ponto seria exercido o intervencionismo do Estado na concretização dos planos? (SIMONSEN, 2010)

Para a primeira questão, o autor defendia a busca por financiamento externo:

Para o início do financiamento de um tal programa, poderia o Brasil empenhar pelo menos 50% de suas atuais disponibilidades no estrangeiro. Evitar-se-ia, dessa forma, uma deflação, tão prejudicial quanto a inflação a que ora assistimos. A obtenção do financiamento geral poderia ser negociada com os Estados Unidos. Os suprimentos anuais de que careceríamos - boa parte em aparelhamentos e equipamentos a serem importados - representariam menos de 0,2% da renda nacional norte-americana. A operação deveria ser negociada em moldes diferentes dos empréstimos habituais, quanto à fixação de juros, prazo e amortização. Os juros seriam, inicialmente, substituídos pela participação, por determinado prazo, nos resultados das explorações industriais e, eventualmente, nos saldos de novas exportações em geral, de forma a evitar-se a supercapitalização dos investimentos (SIMONSEN, 2010, p. 46).

Apesar de bem-intencionado e conseguir deixar clara a necessidade de fomento à indústria nacional, Tavares (2010, p. 31) criticou a fragilidade argumentativa de Simonsen no que se refere aos cálculos e na forma de obter financiamento: “Se considerarmos que nos dias de hoje os Estados Unidos transferem, a todo o mundo subdesenvolvido, uma proporção de sua renda pouco superior a essa, pode-se avaliar o quanto de ingênuo otimismo havia na sugestão”.

Nesse ensejo, caso propusesse um plano de aceleração de mais longo prazo, isto é, que estabelecesse mais tempo para a consecução de tais objetivos, Simonsen teria se blindado melhor das duras críticas que foram tecidas por Gudin.

Em relação ao grau de intervencionismo, o autor descartou a possibilidade de planificação total, isto é, ponderou a necessidade da existência da iniciativa privada à uma adequada intervenção do Estado, como acontecia e acontece nos países mais desenvolvidos.

9. CRÍTICAS DE GUDIN AO PLANO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE SIMONSEN

Eugenio Gudin, extremo defensor do livre-cambismo, entendia que a estrutura econômica adequada para a economia brasileira deveria se calcar nos princípios de livre mercado, à luz da teoria das vantagens comparativas. Devido ao excesso de recursos naturais, solos férteis e etc, o Brasil deveria se manter intensivo na produção de bens primários, isto é, na agricultura, que, fomentada com crédito e avanços em tecnologia, agregaria notáveis ganhos de produtividade e, assim, alocaria recursos, via livre mercado, para o fomento à indústria.

Mais a fundo, Gudin (1952) explica que a principal razão do subdesenvolvimento reside no fato de ser muito reduzido o número de produtos de exportação dos países de economia primária, isto é, de serem muito poucos os produtos que cada um desses países produz com grande vantagem comparativa.

Essa vertente argumentativa é muito bem explicada por Ohlin (1953, p. 538):

[...] o mundo colonial, que está vendendo muitos de seus artigos, como borracha, especiarias, etc., a preços baixos, passaria provavelmente a obter 50% ou 100% a mais, sem qualquer decréscimo importante na procura desses produtos na Europa e nos Estados Unidos. O que impede uma reviravolta violenta nas relações de troca, de que poderia resultar a melhoria do padrão de vida dos países atrasados é o fato de que o suprimento desses produtos seria aumentado. É forçoso que isso aconteça, até que os proventos que se podem auferir no mundo colonial de outras espécies de indústrias sejam elevados mediante o aumento da produtividade.

Por fim, Gudín (1952, p. 63), explica os motivos que lhe levavam a se opor à criação planejada de um parque industrial no Brasil.

Confesso que não me parece muito convincente a proposição e isso por duas razões: a primeira é que a instalação de indústrias de consumo de produção similar ao que já vinha sendo importado do estrangeiro encontra o mercado comprador de que carece; nem de outra forma se tem e se vem industrializando o Brasil; a segunda é que poucas são as indústrias (automóveis por exemplo) para as quais a dimensão mínima de uma unidade eficiente é excessiva para o mercado existente no país (salvo países muito pequenos ou muito pobres). Outra modalidade da teoria do impacto é a que se refere a ausência habitual nos países subdesenvolvidos das "economias externas" em quantidade suficiente para facilitar a instalação de uma nova indústria, o que exigiria, portanto, não só o investimento correspondente a essa indústria como o necessário para prover as facilidades externas indispensáveis.

Por não entender que o Brasil possuía condições de instalar determinadas indústrias sem o apoio do planejamento estatal, Gudín entendia, de forma bem resumida, que o capital privado disponível no país deveria ser alocado nos setores em que possuíamos amplas vantagens comparativas.

Em críticas mais profundas e, de certa forma, desponderada, o autor atacou as premissas clássicas do desenvolvimentismo proposto por Simonsen. Gudín, como bom radical, entendia que políticas econômicas de proteção à indústria nascente – tais quais, barreiras tarifárias, barreiras não tarifárias e subsídios – deveriam ser completamente abolidas devido a nocividade que elas representam à economia de mercado. Se implementadas em escala mundial, o mundo involuiria de volta ao mercantilismo.

No regime mercantilista do século XVIII, os fatores de produção eram dirigidos para as atividades econômicas ditadas pela política nacionalista do Estado; a formação do artesanato orientada de acordo com o plano de produção formulado pelo Estado; o comércio exterior controlado para assegurar o acúmulo do maior stock possível de metais preciosos, velando-se para que o

balanço de comércio fosse sempre “favorável”; o comércio com as colônias arregimentado pelo princípio exclusivo da troca de produtos manufaturados por matérias-primas etc. Esse tipo de economia exigia evidentemente uma planificação detalhada da vida econômica do país e uma ininterrupta vigilância do Estado sobre as atividades individuais (GUDIN, 2010, p. 65).

Após argumentar em defesa do livre mercado tecendo críticas a todo e qualquer plano de planificação econômica, Gudin exaltou as qualidades do sistema *laissez fairez* de maneira muito equivocada:

E “a humanidade não deve inconscientemente deixar-se levar ao caminho de uma completa demolição dos padrões e ideais sobre os quais construiu sua prosperidade e sua civilização”, escreve Gustav Cassei. Até 1914 a economia liberal conduziu a humanidade por essa rota, de constante aumento de bem-estar e de elevação do padrão de vida das populações. Dentro de seus padrões se abordavam e resolviam os novos problemas à medida que eles surgiam (GUDIN, 2010, p. 67).

Segundo Gudin (2010, p. 68), foi o caos promovido pela Primeira Guerra Mundial que deflagrou o primeiro golpe no padrão-ouro clássico. No entanto, ao contrário do que preconiza o autor, desde 1870 esse modelo já vinha apresentando distúrbios e se mostrando incapaz de resolver problemas que dizia evitar. Conforme Menger (2007), um forte argumento da ideologia liberal clássica consiste no silogismo que abarca a diluição de grandes conglomerados econômicos e na prevalência de pequenos empresários pulverizados; que, no longo prazo, estariam trabalhando sob um regime de concorrência perfeita. No entanto, ao contrário da narrativa de Gudin, o padrão-ouro clássico foi incapaz de entregar o prometido muito antes de ser pulverizado pela Primeira Grande Guerra.

A partir da década de 1870, uma segunda revolução industrial iniciou-se, com o fim do livre comércio. Nesse período, começaram os trustes (organizações industriais de controle da produção e distribuição das mercadorias, com o objetivo de impor o preço dos produtos industriais a seu favor).

Uma associação, denominada cartel, manteve as empresas separadas, mas sem competir entre si, estabelecendo a divisão dos mercados e dos preços.

Os preços passaram a ser fixados pelos trustes, cartéis e holdings (uma empresa central controla outras empresas, que se mantêm autônomas, embora a maioria das ações pertençam à empresa central). O imperialismo se transformava pela necessidade de novas áreas de aplicação dos capitais industriais (Egas, 2008, p. 9).

Por fim, cabe-se ressaltar, de forma geral, as demais contradições no discurso de Gudin ao longo do debate: I - Ele atribuiu a Simonsen idéias absurdas, as quais o pensador não defendia. II - Mais especificamente: Simonsen não discursava contra a economia de mercado, não defendia a adoção perene de barreiras tarifárias, e muito menos o estabelecimento de Estados totalitários. O discurso de Simonsen era comedido, nesse ponto, e apelava para uma proteção temporária, de modo a tornar as indústrias nacionais competitivas em nível global.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Simonsen considerava impossível um país se livrar de uma situação de subdesenvolvimento desprendido de uma forte atuação do Estado, por entender que não havia impulso interno capaz de mover o país rumo à industrialização. O Brasil da década de 1940 ainda era, além de desindustrializado, um país mero exportador de commodities; ou seja, ostentava uma estrutura extremamente carente de impulsos que só poderiam vir do Estado - seja ele realizando grandes investimentos, seja produzindo diretamente aquilo que o setor privado não tinha interesse ou condições de produzir.

Conforme pode ser analisado na história econômica do Brasil, a criação do BNDES, o Plano de Metas, o I e II PND, o PAEG, a SUDAM, a SUDENE e etc, são provas insofismáveis de que a realidade complexa do capitalismo moderno enterrou as idéias defendidas por Eugenio Gudin e levou ao apogeu do campo político toda a retórica defendida por Simonsen.

Mesmo que se se levasse em consideração meramente o campo teórico, o desenvolver do capitalismo brasileiro ao longo do século XX traria uma derrota também intelectual a Eugenio Gudin, uma vez que boa parte do desenvolvimentismo brasileiro fluiu num decurso dirigido por economistas liberais e declarados pupilos do autor. Roberto Campos, Mario Henrique Simonsen e Otávio Bulhões, por exemplo, estiveram diretamente envolvidos nos principais projetos de planejamento da economia brasileira. Ou seja, quando estiveram à frente do Estado, os liberais pós-Gudin não praticaram políticas liberais.

Por fim, é notório que, ao longo do Século XX, o desenvolvimento da economia brasileira se desencadeou de maneira direta a tudo que Roberto Simonsen defendeu no decorrer do debate. Está certo que o Brasil não deixou de lado sua vocação agrícola. No entanto, se industrializou e já chegou a ter o oitavo maior Produto Interno Bruto do mundo. Diante de tais fatos, não é possível afirmar que Estado e mercado são nocivos um ao outro.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. **A economia brasileira: 1930-1964**. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Econômicas, Ciências Econômicas, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Eugênio Gudín. *Estudos Avançados*, [s.l.], v. 15, n. 41, p.1-10, abr. 2001. **FapUNIFESP** (SciELO). DOI: 10.1590/s0103-40142001000100009.

BLAUG, M. **Economic Theory in Retrospect**. 3. ed. Homewood, IL: Richard D. Irwin, 1962.

BLAUG, M. **Rebel with Many Causes**. Massachusetts, Us: Edward Elgar Publishing Limited, 1983.

BOIANOVSKY, Mauro. **Friedrich List and the economic fate of tropical countries**. 2011. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/downloads/Encontro_2011_texto_Boianovsky.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2015.

COLEN, Dalvan. **A crise de 1929 pela ótica de Eugênio Gudín**. Brasília: Clubjus, 2013. 65 p.

CURI, Luiz Felipe. **Redimensionando a contribuição de Roberto Simonsen à controvérsia do planejamento (1944-45): pioneirismo e sintonia**. 2011. Disponível em: <<http://anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/148-596120f19142500e731e80b9328e2faf.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

CURI, Luiz Felipe. **Roberto Simonsen e a modernização no Brasil da Primeira República**. 2014. Disponível em:

<<http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2014/site/arquivos/roberto-simonsen-e-a-modernizacao-no-brasil-na-primeira-republica.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

DIAS, Sônia. **Verbetes Roberto Simonsen**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1993.

Diniz, Eli. É Possível um Novo Modelo de Estado Desenvolvimentista no Brasil. In: **Boletim de Análise Político-Institucional**. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. nº 1, 2004, Brasília.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

EGAS, Karen. **O Capitalismo Financeiro**. 2008. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1afwH>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

FAUSTO, Boris. **GETÚLIO VARGAS - O poder e o sorriso**. São Paulo: Cia das Letras, 2006. 264 p.

FONSECA, Pedro Cesar. **O IDEÁRIO DE VARGAS E AS ORIGENS DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

GUDIN, Eugênio e SIMONSEN, Roberto C. A controvérsia do planejamento na economia brasileira. Rio de Janeiro: Ipea/INPES, 2010.

GUDIN, Eugênio. **Princípios de economia monetária**. Rio de Janeiro: FGV, 1952.

HOBSBAWN, Eric. **ERA DOS EXTREMOS - O breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 632 p.

LIST, Georg Friedrich. "A História". In: **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MENGER, Carl. **Principles of Economics**. 3. ed. New York: Createspace Independent Publishing Platform, 1970. 328 p.

OHLIN, Bertil. **Interregional and International Trade**. 3. ed. Massachusetts, Us: Harvard University, 1953. 324 p.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. O Debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin na Controvérsia Sobre o Planejamento Econômico. - *IV Conferência 33 Internacional de História Econômica & IV Encontro de Pós-Graduação em História Econômica*. São Paulo: 2005.

ROMPATO, Murilo. *A contribuição de Roberto Cochrane Simonsen para o processo de industrialização do Brasil*. 2002. Disponível em:

<<http://revistas.unipar.br/akropolis/article/viewFile/1893/1643>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

SCHUMPETER, Joseph. ***A Theory of Social and Economic Evolution***. Austria: Palgrave Mcmillian, 1964.

SIMONSEN, Roberto. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos; seleção, notas e bibliografia**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1969.

SOUSA, Maria Cecília. **Industrialização, estado e sociedade no Brasil (1930-1945). 1984**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901984000300006>. Acesso em: 19 jul. 2015.

TAVARES, Maria da Conceição. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. Rio de Janeiro: Ipea/INPES, 2010.

TELEGINSKI, Jaqueline. **Gudin e o Pensamento Liberal**. São Paulo: FAE USP, 2010.

Recebido em:

Aceito em: